



Considerações sobre a República Romana na obra *De Res Publica* de Marco Túlio Cícero

Thiago Tolfo¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo expor as considerações do escritor romano Marco Túlio Cícero, referentes ao período final da República Romana (século I a. C.), a partir da sua obra *De Res Publica*. Fazendo-se uso do arcabouço teórico da História Intelectual, analisamos o tratado político e filosófico de acordo com o pensamento de Cícero, levando-se em conta os aspectos que o autor considera insuficientes para manutenção da antiga república. Sendo assim, o artigo procurou articular estes questionamentos às novas propostas de tipologias de governo oriundas de suas reflexões.

Palavras-Chave: Cícero. Governo. *De Res Publica*. República.

Considerations about the Republic Roman in the work *De Res Publica* of Marcus Tullius Cicero

Abstract: The present article aims to expose the considerations of the roman writer Marc Tulle Cicero, referring to the final period of the Roman Republic (I century B. C.) from his work *De Res Publica*. Making use of the theoretical framework of Intellectual History, we analyse the political and philosophical treaty in accord with the Cicero's thought, given how the aspects consider insufficient by the author for the maintenance of the ancient republic. Therefore the article sought to articulate these questions to the new proposals of typology of government stemming from its reflections.

Keywords: Cicero. Government. *De Res Publica*. Republic.

A Leitura da obra *De Res Publica*

Na esfera da História Intelectual os debates sobre as interpretações empíricas das fontes textuais para formação do raciocínio crítico vêm sendo de amplo diálogo nas últimas décadas. Sendo assim, ao fazermos juízo da documentação literária antiga e de suas narrativas, cabe entender que a História, enquanto “experiência”, nos é, em larga escala, acessível mediante uma linguagem constituída a partir dos parâmetros de um discurso escrito. Logo, esta “experiência” projetada é variada e associa-se aos diferenciados discursos presentes na linguagem escrita (WHITE, 1991). Portanto, esta linguagem é, invariavelmente, de realidades possíveis, onde a noção de processo textual enquadra-se na articulação entre contexto e realidade.

¹ Mestre em História pela Universidade do Minho (UMINHO/Portugal). Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



Nesse sentido, entendemos que a interpretação de um texto não se limita a absorver uma realidade que estaria inserida no discurso do autor, na sua esfera semântica, representativa e ideológica, mas implica também as estruturas possíveis para além do pensamento do mesmo. Assim, cabe salientar a importância do contexto no qual está inserido o discurso, levando em consideração os aspectos econômicos, sócio institucionais, políticos, além de todos referenciais possíveis para a ação interpretativa. Por este motivo, entendemos que um texto não se limita ao seu particular discurso, iniquamente a visão literal do autor, mas implica na interação com o contexto em que a obra se insere (PINTO; VALINHAS, 2010).

Portanto, é de considerável importância compreender que o contexto se complementa ao texto, sendo ambos suplementares entre si, onde há adição, substituição e supressão de faltas e ausências mútuas, produzindo materiais suficientes para a criação do processo de interpretação (LACAPRA, 1983). Esta interpretação é possível, pois a História não tem uma linguagem especial e propriamente sua, já que o alcance do contexto não se dissocia da análise textual, e por parte desta, o contexto é transformador e/ou transformável, exportador e/ou exportável (PINTO; VALINHAS, 2010; LACAPRA, 2013).

Nessa perspectiva, sendo a obra literária de Marco Túlio Cícero, *De Res Publica*, uma estrutura textual que remonta ao período histórico da antiguidade, entendemos que os problemas de análise epistemológica referentes ao contexto e texto se tornam mais questionáveis aquando do período da elaboração do escrito. Os particularismos dos textos antigos nos levam a considerar as dificuldades imposta por um passado onde a fonte textual era escassa e suas edições contemporâneas tenham sobrevivido aos percalços do peculiar zelo eclesiástico durante a Idade Média.

Todavia, tais complicações não exime o fato de que a narrativa antiga seja portadora de um referencial epistemológico, pois a partir do exercício de significação do texto em si, o que Lacapra classifica como aspecto *worklike*, é de fato possível ultrapassar este limite epistemológico, e, portanto, acordar a dimensão factual e literal da mensagem transmitida à esfera da interpretação e imaginação (PINTO; VALINHAS, 2010). A obra de Cícero é um bom exemplo dessa forma de compreensão textual discutida até o momento, pois é possível ser lida e interpretada como testemunho do período em que foi concretizada. Sendo assim, é importante considerar suas relações com o contexto, valorizando as influências e



intencionalidades, de modo que a relação entre o autor, o contexto e o conteúdo, possa minimizar ajuizamentos oriundos da contemporaneidade.

O texto ciceroniano, entendido como um tratado político e filosófico, baseado numa estrutura literária retórica, implica, em si, a problematização da interpretação textual. A retórica levanta a questão sobre a capacitação dos historiadores para leitura de um documento que processa, ou reformula, conteúdos em modos mais intimamente associados a processos socioculturais e políticos mais amplos (LACAPRA, 2013). Na história intelectual, a tendência está fundamentada em identificar um texto diretamente com o que ele parece representar e comunicar, isto é, as suas propostas ou caracterizações. Portanto, um dos questionamentos vigentes dentro da História Intelectual diz respeito ao comportamento dos historiadores ao absorverem os textos como documentos no sentido restrito das palavras, ignorando, deste modo, as dimensões textuais dos documentos em si (LACAPRA, 2013), ocorrendo, com certa regularidade, uma leitura direta e simples pelos historiadores.

Nesse sentido, com base nos estudos retóricos, a atenção primordial na leitura textual não recai na opinião crítica do historiador e no uso tradicional metodológico/epistemológico, mas está assente numa outra esfera. Em vista disso, os estudos retóricos pensam o documento enquanto informação extraída de si, associando, desta forma, a informação diretamente com o contexto elaborado e suas questões socioculturais (LACAPRA, 2013). Portanto, tem por função tornar a história em memória viva, desvelando aspectos do passado, articulando-os com o que é atual, portando-se à margem do enquadramento empírico tradicional justamente pela interação da análise crítica a partir da leitura do texto.

Reflexões sobre a República Tardia na Perspectiva de Marco Túlio Cícero

O tratado político filosófico de Cícero tem como abordagem o desmantelamento das instituições republicanas em Roma em meados do século I a. C. Na obra, Cícero faz uso de personagens distintos da História romana como Cipião Emiliano², Q. Tuberão, L. Fúrio Filo, P. Rutílio, L. Filão, Lélío Menor, Espúrio Múmio, C. Fânio, Quinto Múcio Cévola e M.

² Publius Cornelius Scipio Aemilianus Africanus é filho de Paulo Emílio; nasceu em 184 a. C. e acompanhou o pai na campanha contra Perseu: teve Políbio como mestre; acompanha L. Licínio Lúculo à Hispânia (151); depois, edil curul em 148, obteve o consulado ilegalmente, para no ano seguinte, dirigir operações militares contra Cartago (terceira guerra púnica), que conquistou em 146 e a destruiu. Côsul pela segunda vez em 142, censor em 143, comanda o exército enviado contra as revoltas de Numância e captura a cidade. Tomou posição contra os Gracos e morreu em 129. Grande letrado, amigo dos estoicos e da cultura grega, protegeu as artes e os escritores (Terêncio) (GRIMAL, 2009, p. 326).



Manílio. Na obra, os interlocutores dialogam entre si sobre os mais variados assuntos relacionados a questão republicana. O período de tempo em que se passa o diálogo são as férias, no primeiro dia de festejo do ano 121 a.C., no jardim duma *villa* suburbana de Cipião (PARATORE, 1983, p. 213).

Dentre os personagens referidos no texto Cipião Emiliano destaca-se enquanto o *alter ego* de Cícero, representado como modelo da *virtus*, sendo, portanto, demonstrado como símbolo do cidadão romano idealizado. Cipião não é abordado como um grande sábio e poeta, mas um político hábil que corresponde às virtudes maiores do homem romano, rememorado a partir de um passado glorioso. Nos diálogos entre os personagens, Cipião é o quem melhor explica as engrenagens do aparelho estatal romano e, tendo o consentimento dos demais, aponta os possíveis diagnósticos para reverter o quadro de enfermidade da república.

A abordagem exposta por Cipião reflete o modelo ciceroniano condizente com as medidas possíveis para o revigoramento de uma república decadente. Nesse sentido, o seu *alter ego* condiciona a opinião dos outros interlocutores no decorrer da obra fazendo-se uso da persuasão, procedimento muito comum em outras obras de Cícero. Por outro lado, com menos ênfase, mas com algum destaque, os outros personagens expõem seus argumentos à prosa, ressaltando-se, a par dos demais, a figura de Lélío, portando-se em distintos momentos concordante e discordante em relação a Cipião.

Em suma, a obra aborda uma discussão sobre os problemas enfrentados pela República Romana, onde, ao longo do texto é perceptível a evidente influência de concepções platônicas calcadas nas três categorias de governabilidade caracterizadas como monarquia, aristocracia e democracia, problematizadas nos diálogos de acordo com o contexto. A intenção de Cícero não consiste em incorporar novas diretrizes republicanas ou concordar opiniões, entretanto, cabe salientar que o autor procura desenvolver um raciocínio preconizando o embate de diferenciadas opiniões enquadradas nos embasamentos teóricos de distintos personagens da história romana procedentes desde a monarquia e da embrionária república às décadas mais recentes.

Durante a História de Roma e, sobretudo, em tempos de crises, estadistas romanos buscavam espelhar-se nos antigos costumes de um passado saudosista, onde imaginavam encontrar as respostas para os momentos de dificuldades. No caso de finais da república (séc.



I a. C.) o território romano passa por uma grande crise econômica e social que desencadeou revoltas oriundas de um dum panorama socioeconômico de miséria e instabilidade política, consequências advindas das guerras civis. Se pensarmos a cidade de Roma enquanto modelo urbano e administrativo, ao longo de sete séculos, a crise verificada em meados do séc. I a.C. apresenta-se não como uma mudança, mas como um processo de reformulação da grandiosidade de um império em ascensão.

No tratado *De Res Publica* por diversas passagens podemos encontrar alguns indícios que apontam o corrompimento moral e virtuoso do Estado romano. Na concepção de Cícero o romano ideal é o que valoriza a pátria, e, por conseguinte, sacrifica-se pela mesma em benefício do bem-estar comum. Para tanto, o homem romano necessita desenvolver o “amor pátrio”, a triunfar sobre toda e qualquer atitude torpe em relação ao seu Estado. Este “amor pátrio” do qual refere Cícero está diretamente ancorado na virtude, que é a arte que triunfa sobre qualquer outro mal-estar social. A virtude será somente uma arte frívola caso não seja praticada, sua totalidade só pode ser entendida se também usada na prática:

Mas, não é bastante ter uma arte qualquer sem praticá-la. Uma arte qualquer, pelo menos, mesmo quando não se pratique, pode ser considerada como ciência; mas a virtude afirma-se por completo na prática, e seu melhor uso consiste em governar a república e converter em obras as palavras que se ouvem na escola (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1-2).

Para Cícero é coerente o uso da virtude como arte a ser empregada na teoria e na prática. Em seu tratado conceitua a ‘virtude’ de modo a preocupar-se com as interpretações mais remotas que a mesma adquiriu no decorrer da formação social romana desde os primeiros legisladores que a promulgavam e exerciam sem a necessidade de abordá-la pelo viés teórico: “nada se diz, entre os filósofos, que seja reputado como são e honesto, que não o tenham confirmado e exposto aqueles pelos quais se prescreve o direito da república” (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1-2). O que parece Cícero transmitir é que a perda da virtude, na prática diária e, sobretudo no que diz respeito aos assuntos de governo, está a tornar-se cada vez mais incomum entre seus concidadãos

No decorrer do texto o autor infere uma crítica contundente à ociosidade do cidadão romano³. Novamente são expostos novos argumentos baseados nos valores antigos,

³ Roma está num momento de crise agrária e financeira, na qual há uma plebe ociosa e cosmopolita, o que leva a crer a perda de valores antigos e o choque com novas culturas motivado pela simbiose de novos povos. Este fato gerou desconforto com os cidadãos romanos mais tradicionais (CÍCERO, DE REPUBLICA, p. 1-4).



emblematizando os antepassados enquanto espelho para as novas gerações. Sendo assim, Cícero expõe que seus coetâneos esperam por recompensas e regalias provenientes do Estado, porém, sem consciência de reciprocidade. A crítica neste âmbito seria da irresponsabilidade do cidadão romano com sua pátria geradora, que educa e proporciona o bem-estar comum. No entanto, para o ideal funcionamento desta concepção, o cidadão deve retribuir as recompensas que lhe é atribuída. Portanto, o cidadão ideal seria aquele que abandona o seu ócio e corresponde as solitudes da sua pátria geradora.

Ainda mesmo que fosse lícito colher o maior fruto do ócio pelo doce e variado dos estudos a que me consagro desde a infância, e ainda mesmo que, sobrevivendo algum desastre geral, minha condição não devesse ser pior, mas a mesma dos outros, não vacilaria em arrostar as maiores tormentas e as próprias inundações fluviais pela conservação dos cidadãos, julgando sacrificar meu bem-estar em aras da tranqüilidade comum. A pátria não nos gerou nem educou sem esperança de recompensa de nossa parte, e só para nossa comodidade e para procurar retiro pacífico para a nossa incúria e lugar tranqüilo para o nosso ócio, mas para aproveitar, em sua própria utilidade, as mais numerosas e melhores faculdades das nossas almas, do nosso engenho, deixando somente o que a ela possa sobrar para nosso uso privado (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 4).

Os dizeres de Cícero sinalizam que a sanidade de um todo deve sempre prevalecer diante do ócio e do anseio individual. No início do texto, Cícero enceta uma problemática versada no entendimento de pátria análogo à compreensão de pai (*patres*). Nesse sentido, a pátria é entendida nas mesmas funções paternas, onde se investe na prole e desta espera-se consequências positivas, resultando no exercício da harmonia da sociedade integrante. Para o *alter ego* de Cícero a condição de *civitas romana* proporciona a construção de um lar, educação, aprovisionamento alimentar, segurança, direitos, entre outros.

No entanto, para que se tenha o usufruto de tais benefícios uma correlação de ganhos entre Estado e cidadão é imprescindível para o equilíbrio social. Logo, no intuito de exemplificar este tipo de correspondência Cícero busca inspirações no passado, onde qualifica ilustres personagens de outrora como Duílio, Atílio, Metelo, Quinto Máximo, M. Marcelo, P. Africano e Catão.

Sem o amor pátrio, não teria Duílio, Atílio e Metelo libertado Roma do terror de Cartago; sem ele, não teriam os dois Cipiões apagado o incêndio da segunda guerra púnica, e, quando seu incremento foi ainda maior, não o teria debilitado Quinto Máximo, nem extinguido M. Marcelo, nem impelido P. Africano às próprias muralhas inimigas. Certamente a Catão, homem desconhecido, de quem, não obstante, todos os que estudam as mesmas verdades invejam a glória que alcançou com sua virtude e trabalho, pode ser lícito deleitar-se ociosamente no saudável e próximo sítio de Túsculo. Mas o homem veemente prefere, embora seja chamado de louco e a necessidade não o obrigue, arrostar as tempestades públicas entre suas



ondas, até sucumbir decrépito, a viver no ócio prazenteiro e na tranqüilidade. (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1).

Cícero, inspirando-se na família *Scipio*, introduz no seu texto o culto das grandes individualidades como guias da política, e deste modo preocupa-se com a degeneração da política de sua época (PARATORE, 1983). Neste sentido podemos restituir o pensamento ciceronianiano fundamentado no propósito do bom exemplo, onde o espelho reflete os feitos dos antigos e virtuosos cidadãos. Assim, Cícero busca no culto as grandes individualidades ressaltar as qualidades virtuosas inerentes à uma Roma que considera corrompida.

Para o autor, as virtudes do cidadão exemplar baseiam-se nos elementos do homem considerado por ele ideal, em outras palavras, que seja condicionado pelo ofício do campo, ensejando, assim, um caráter mais rústico e rijo. Para JHAR GARCIA (2001), Cícero transmite ao leitor uma representação de um governo nostálgico, onde os elementos embrionários criados desde o momento da fundação de Roma já não apresentam-se como configuradores.

Ao longo da obra Cícero expõe uma variedade considerável de propostas que justificam o corrompimento moral da sociedade romana. Porém, numa outra perspectiva, o autor discute as formas de organização política adequada para o momento de debilidade social vigente. Para Alfred Ernout (1938), Cícero procura enaltecer a retomada dos valores antigos na esfera social, e deste modo, expõe a necessidade de transformação do poder regedor pautado na figura de um representante estando este apto a governar. Cabe salientar que para tal efeito o referido representante deve conter todas as capacidades necessárias para o usufruto do poder, correlacionando, deste modo, a sabedoria e a autoridade.

De acordo com Alfred Ernout, um homem sábio e ao mesmo tempo autoritário poderia corroborar para o advento dum governo que pudesse sustentar a base social. Em contrapartida, Jahr Garcia ressalva que a obra tendência para predileção de um governo aristocrata e popular. Entretanto, cabe salientar que Jah Garcia, implicitamente, possa estar fazendo uma analogia ao modelo contemporâneo de ditadura populista, que, caso seja esta realmente a intenção de Gracia deve-se então ser rechaçada pelo simples fato de que a documentação literária antiga e a historiografia contemporânea possuem opiniões divergentes



da obra no momento em que Cícero refere-se às intenções ditatoriais de Caio Júlio César⁴. Podemos observar essa distinção até mesmo no *alter ego* de Cícero quando o personagem afirma que a monarquia é encarada pela sociedade romana como uma tirania, sendo esta, o extremismo da monarquia⁵.

Quanto às demais formas de governo, os filósofos não lhes conservam as denominações, que elas mesmas pretendem atribuir-se. Porque saudar, dizem, com o título de rei, reservado a Júpiter ótimo, um homem ávido de poder, dominador, egoísta, de poderio tanto maior quanto maiores a humilhação e envelhecimento de seu povo? Mais do que rei, esse homem é um tirano, porque a demência não é tão fácil a um tirano quanto a crueldade a um rei. Toda a questão se resume, para o povo, em servir a um senhor humano e implacável [...] (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 2 e 33).

O Governo Romano Idealizado por Cícero

Nos livros I, II e III, sendo o primeiro o mais extenso, o autor continua a discussão sobre a situação política romana analisando as tipologias governamentais possíveis para diagnosticar a crise de finais do século I a. C. Para tanto, é através de seu *alter ego* Cipião que propõe comentários mais convincentes tendo por base sua experiência política e militar incrustrada na tradição e nos valores do homem rústico. Tendo a cumplicidade retórica dos outros interlocutores, Cipião, eleito o mais capacitado para conduzir o diálogo, cita os três tipos principais de governo que predominam nas grandes sociedades. No seguimento, Cipião refere-se à classificação de “república” enquanto “coisa do povo”, onde reúne a fundamentação jurídica necessária para funcionalidade do todo. Logo, esclarece que a ordem pública é determinada pelas normativas jurídicas que fortalece a unidade comum. Este excerto propõe o estimar da vida em sociedade contrariando o isolamento e o viver errante dos homens, onde a república mostra-se como fundamental para o desenvolvimento do apoio mútuo.

[...] a república coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no conhecimento jurídico e na utilidade comum. Pois bem: a primeira causa dessa agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 25).

⁴ Importante diferenciar o regime contemporâneo de ‘Ditadura Populista’ com a hipótese dum “principado”. Aos moldes da antiga Roma. O principado teria sido um governo associado a práticas governamentais medindo o bem-estar do povo romano no seu devido contexto. Importante não cair no anacronismo e fazer uso inadequado de conceitos contemporâneos no mundo antigo.

⁵ A ditadura é uma forma de monarquia.



Deste modo, a república representa para o autor como meio fundamental para o desenrolar da sociabilidade, permitindo, deste modo, a extensão da vida em comuns domicílios, desde incipientes aglomerados urbanos à vida social em cidades.

Assim, não deve o homem atribuir-se, com virtude, sua sociabilidade, que é nele intuitiva. Formadas assim naturalmente, essas associações, como expus, estabeleceram domicílio, antes de mais nada, num lugar determinado; depois, esse domicílio comum, conjunto de templos, praças e vivendas, fortificado, já pela sua situação natural, já pelos homens, tomou o nome de cidade ou fortaleza [...] (CÍCERO, DA REPÚBLICA. p. 1 e 26)

Na sequência do texto, no intuito de questionar a república enquanto forma ideal para o desenvolvimento social inerente ao ser humano, o autor discute diferenciadas tipologias de governabilidade. A primeira forma de governo exposta por Cipião é a “monarquia”, que se define pela conferência de poder instituída a um só homem, denominado *rex*. Nesta constituição uma considerável parte da população não exerceria o “direito comum” estando à margem dos “negócios públicos”. Para Cícero, a aceitação da monarquia é variável, tendo encontrado na Pérsia, na época em que Ciro fora monarca, um indicativo de normalidade. Em contrapartida, alude a volubilidade na sucessão de monarcas, pois ao mesmo tempo em que um *rex* possa ser tolerável e afável, como no caso de Ciro, outro possa ser seu contraste: “Depois de um rei tolerável, e mesmo digno de amor, Ciro, por exemplo, aparece como para legitimar seus escrúpulos, o tirano Faláride, tipo odioso, ao qual os reis podem se assemelhar com demasiada facilidade” (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 28).

Para Cícero, a monarquia pode representar uma forma de governo justo e tolerável e aceito pelo povo enquanto houver um rei justo. Porém, quando há extremo usufruto do poder a autoridade do rei avança no sentido antagônico da harmonia social, pois seu poder descomedido e despótico prevaleceria em relação ao bem comum. Neste caso, para o autor, a monarquia é falha e indesejável, sendo então nomeada tirania.

Na sequência, Cicero trata da aristocracia sendo esta uma forma de governo onde o poder e a autoridade são exercidos por alguns cidadãos. Na aristocracia o povo está privado de qualquer meio de ação e decisão, fazendo-se ativo nas eleições que designam seus representantes, sendo esta sua principal funcionalidade⁶. No texto percebemos que Cícero desaprova esta forma de governo, onde cita que “ao lado da sábia aristocracia de *Massilia*,

⁶ Quando se fala em povo, designa-se somente a população livre e portadora de alguma categoria de cidadania.



aparece a opressão oligárquica, como a fração dos Trinta, em Atenas” (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 29). O exemplo dos cidadãos de *Massilia*, que embora governados com justiça por uma minoria eleita, tem no caso da fração dos Trinta em Atenas, a representação do antagonismo com a opressão Oligárquica, visto que a condição da maioria é de servilidade. Como na monarquia, sua constituição isolada e irrevogável, exercida ao extremo da autoridade e no irremediável usufruto do poder são fatores que acarretam na contenção de riquezas cultivadas pela ambição de poucos. Essa categoria extrema da aristocracia denomina-se oligarquia.

A terceira constituição de governo é a “democracia”, onde sugere assentar o poder na soberania popular. Aqui o autor indica que mesmo o povo mais sábio e moderado não consegue conter os males da igualdade, onde suas consequências desencadeiam medidas políticas e sociais geradoras de desigualdade social. Esta afirmação é defendida pelo personagem Cipião quando afirma que na igualdade não há deterioração que distinga o verdadeiro mérito, sendo, portanto, importante salientar que não existe diferenciação de mérito para quem se doa para o Estado.

Nesta racionalidade, se exercido o mérito, com pesos iguais e doações desniveladas, causaria situações de incontrolável caos, suscitando a impossibilidade de governança popular. Portanto, se o poder estiver na mão do povo, na defesa da liberdade, essa liberdade se corromperá e o governo democrático desvencilhará para caóticas situações geradoras de profundas crises, originando, por fim, o “caos” sociopolítico e econômico⁷.

Quanto à igualdade de direito ou da democracia, é uma quimera impossível, e os povos mais inimigos de toda dominação e todo jugo conferiram os poderes mais amplos a alguns de seus eleitos, fixando-se com cuidado importância das classes e no mérito dos homens. Chegar, em nome da igualdade, à desigualdade mais injusta, colocar no mesmo nível o gênio e a multidão que compõem um povo, é suma iniquidade a que nunca chegará um povo em que governe os melhores, isto é, numa aristocracia (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 34).

Nessa perspectiva, o autor explica o surgimento da aristocracia a partir da monarquia, sendo que esta condiciona a ignorância da população reduzindo a governabilidade à um seletivo grupo de eleitos. Por conseguinte, a aristocracia, numa condição de intermediação, assegura o bem-estar do povo ao mesmo tempo que vigia o Estado e cuida da tranquilidade de todos. Em contrapartida, este quadro favorável dificulta a igualdade de

⁷ Não há referências, mas poderia fazer-se uma aproximação com a condição de “anarquia”.



direitos, fator que pregoa indicativos democráticos. Na democracia, igualmente as outras formas de governo, manifesta-se certas debilidades, onde a busca pela igualdade gera a desigualdade, pois o povo é incapaz de se autogovernar. De acordo com os dizeres de Cícero as “três formas de governo, não as considerando desordenadas e em confusão, mas na sua normalidade; e, no entanto, cada uma tem todos os defeitos que indiquei e outros muitos, pois todas arrastam a funestos precipícios” (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 1 e 28).

Contudo, apesar das incertezas sobre a melhor forma de governo, pois cada uma é portadora de deficiências, conforme exposto no livro II, o *alter ego* de Cícero, Cipião, é no diálogo induzido a eleger qual governo seria o mais justo. Assim, Cipião escolhe a monarquia, e vasculhando na História da Monarquia Romana encontra os elementos para legitimação da sua eleição, como expõe no livro III da obra.

Um poder que se não há de dividir expõe, com efeito, os reis a parecerem déspotas, ao passo que a administração de muitos homens virtuosos faz com que não seja fácil encontrar um estado melhor. Prefiro, entretanto, a monarquia à dominação do povo inteiramente livre, terceiro sistema, e o mais defeituoso [...] (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 3 e 24).

De acordo com Cipião, desde Rômulo, fundador da cidade até Tarquínio, último rei (deposto), a sequência de monarcas contribuiu para a consolidação das tradições romanas e a formação de um Estado forjado a partir de lideranças justas, que através de suas progênes, tornam-se condutores das virtudes e sabedoria do povo romano (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 3 e 24). De acordo com o autor, é neste período que se mesclará os princípios bucólicos à organização urbana a partir das cabanas de colmo do Palatino⁸. Nessa perspectiva, cada monarca legou, durante o período aproximado de duzentos anos, beneficiações para formação da futura estrutura política republicana a ser instaurada em finais do século VI a. C., sendo esta, obra de um processo longo e envolvendo diferenciados governos. (CÍCERO, DA REPÚBLICA, p. 2 e 21).

Portanto, o autor reafirma a escolha da monarquia, “desses três sistemas primitivos, creio que o melhor é, sem disputa, a monarquia” (CÍCERON, DA REPÚBLICA, p. 1 e 45), pois para Cícero é mais fácil a decisão partir de um só homem com valor, prestígio e

⁸ Colina na cidade de Roma localizada ao lado do *forum*. Nesta colina estão as primeiras formas de habitação em Roma, as cabanas primitivas que darão origem as futuras *domus*. No Palatino encontrava-se as habitações dos grandes personagens da história romana, essencialmente o patriciado. Posteriormente será morada de inúmeros palácios imperiais onde se concentrará a realeza romana.



sabedoria, que possua as capacidades essenciais para tomar as melhores decisões, contrariamente às divergências inatas em decisões em conjunto, seja numa aristocracia ou numa democracia, a pior de todas as formas de governo, conforme o suas palavras

A escolha da monarquia é somente a primeira opção caso seja necessário fazer uma escolha isolada. Sendo assim, encerra sua opinião creditando à mescla dos três sistemas a forma de governo ideal, onde houvesse uma autoridade maior, refletido na figura de um *princeps* – primeiro cidadão – respeitado, honrado, virtuoso e sábio, tendo para si o poder centralizador, porém delegando a um grupo de notáveis cidadãos, funções importantes do Estado e ao mesmo tempo, respeitando a liberdade dos cidadãos livres.

Por fim, é importante ressaltar que a escolha desses três sistemas articulados entre si refletirá no posterior principado de Otávio Augusto, sendo a figura do *princeps* a representação deste poder. Entretanto, cabe salientar que essas discussões a respeito de uma nova concepção de governo vinham sendo analisadas e debatidas muito antes das guerras civis de finais do século I a. C., entre Otávio Augusto e Marco Antônio. O sistema do principado se constrói ao longo de dezenas de anos, não somente enquanto uma estrutura governamental, mas um princípio político, econômico e filosófico, onde serão discutidas concepções platônicas no intuito de assegurar um governo que não abdicasse da coisa pública, do governo para o povo, ancorado na legalidade da *civitas*.

Referências

- AMBRÓSIO, R. Cícero e a história. **Revista de História**, São Paulo, n. 147, 2002.
- BLOM, H. **Cicero's role models: the political strategy of a newcomer**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CÍCERO. **Da República**. São Paulo: Editora Kiron, 1995.
- CORASSIN, M. L. O cidadão romano na república. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, dez. 2006.
- DUPONT, F. Cicéron, sophiste romain. **Langages**, ano 16, n. 65, p1982.
- ERNOUT, A. Cicéron et le De Republica. **Comptes-rendu des séances de l'académie des Inscription et Belle-Lettres**, ano 82, n. 6, p1938.
- GRIMAL, P. **A civilização romana**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- GRIMAL, P. A la recherche du “vrait” Cicéron. **Vita Latina**, n. 127, 1992.
- GRIMAL, P. Du de republica ao de clementia. **Mélange de l'école française de Rome: Antiquité**, v. 91, n. 2, 1979.



- HAMBLENNÉ, P. À propôs des comptes de Cicéron. **Revue belge de philologie et d'histoire**, v. 59, n. 1, 1981.
- HAURY, A. Cicéron et la gloire: une pédagogie de la vertu. **Mélanges de philosophie, de littérature et d'histoire ancienne offerts à Pierre Boyance**, Roma, 1974.
- JIMENEZ DELGADO, J. El 'de republica' de Cicéron. **Miscelanea Ciceroniana**, Madrid, v. 9, n. 28-30, 1958.
- LACAPRA, D. **Rethinking intellectual history: texts, contexts, language**. Ithaca: Cornell UP, 1983.
- LACAPRA, D. Retórica e história. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, jan-jun 2013.
- PARATORE, E. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1983.
- PEREIRA-MENAUT, G. **La ciudad romana ideal**. El Territorio. Santiago de Compostela: La Editorial de la História, 1994.
- PIERRE, S. Texte, politique, idéologie: Cicéron. **Revue Belge de Philology et d'Histoire**, Bélgica, vol. 57, n. 2, 1979.
- SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHIAVONE, A. **Uma história rompida: Roma antiga e o Ocidente moderno**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições70, 2008.
- VILLEMMAIN, M. **La République de Ciceron**. Paris: Didier et Cie, 1878.
- WHITE, H. **Meta-historia: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.